

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.677.655 - SP (2020/0058030-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASÍLIO - SP253532
ERICA DE LIMA SIQUEIRA - SP324122
BRUNO DI MARINO - SP291596
ALVARO JOSE DO AMARAL FERRAZ RODRIGUES - SP366224
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON
PROCURADOR : CLÁUDIO HENRIQUE DE OLIVEIRA - SP329155
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE CAMPINAS
PROCURADOR : PAULO EDUARDO MICHELOTTO - SP136125

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS Pretensão de pagamento de valor referente a honorários advocatícios sucumbenciais constituídos em favor da Fazenda Pública Estadual. Ação originária que discutiu multa do PROCON, tendo a Fazenda Estadual logrado êxito.

Impugnação ao cumprimento de sentença que objetiva a satisfação do débito nos autos de recuperação judicial do grupo “OI”, que correm do Rio de Janeiro.

Decisão agravada que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença e homologou os cálculos apresentados pela exequente.

MÉRITO Alegações de que a perseguição do título deveria se dar por habilitação do crédito nos autos de recuperação judicial Impossibilidade Inteligência do artigo 49 da Lei Federal nº 11.101/2005, que estabelece que “Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”.

Crédito referente a honorários advocatícios sucumbenciais constituído na prolação da sentença, em 24/10/2017, enquanto o pedido de recuperação judicial data de

AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS Pretensão de pagamento de valor referente a honorários advocatícios sucumbenciais constituídos em favor da Fazenda Pública Estadual. Ação originária que discutiu multa do PROCON, tendo a Fazenda Estadual logrado êxito.

Impugnação ao cumprimento de sentença que objetiva a satisfação do débito nos autos de recuperação judicial do grupo “OI”, que correm do Rio de Janeiro.

Decisão agravada que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença e homologou os cálculos apresentados pela exequente.

MÉRITO Alegações de que a perseguição do título deveria se dar por habilitação do crédito nos autos de recuperação judicial Impossibilidade

Inteligência do artigo 49 da Lei Federal nº 11.101/2005, que estabelece que “Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”.

Crédito referente a honorários advocatícios sucumbenciais constituído na prolação da sentença, em 24/10/2017, enquanto o pedido de recuperação judicial data de 20/06/2016. Crédito de honorários advocatícios sucumbenciais que é posterior ao início da recuperação judicial.

Previsão de não suspensão, em regra, das execuções de natureza fiscal, nos termos do artigo 6º, §7º, da Lei de Falências - Ausência de novação de crédito, estabelecida no artigo 59, uma vez que o crédito é posterior à recuperação judicial.

Excesso de execução não verificada. Inaplicabilidade do artigo 9º, II, da mesma lei, que exige a atualização do valor do crédito até a data do pedido de recuperação judicial. Crédito em questão que é posterior ao início da recuperação judicial.

Decisão mantida. Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 489 e 1.022, II, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas; bem como divergência jurisprudencial.

No mérito, alega violação aos seguintes dispositivos:

arts. 6, §2º, 47 e 49, da Lei nº 11.101/2005, uma vez que compete apenas ao juízo recuperacional determinar a natureza do crédito executado (concurso ou extraconcurso);

arts. 6º, §7º, da Lei nº 11.101/2005 e art. 187, do CTN, em razão de os honorários sucumbenciais não serem tributo, está sujeito à recuperação judicial da recorrente;

art. 49 Lei nº 11.101/2005, uma vez que os honorários sucumbenciais é um crédito concursal, ainda que a sentença ou trânsito em julgado sejam posteriores a data de deferimento da recuperação judicial da recorrente, há sujeição do crédito, já que pré-existente ao deferimento da recuperação judicial;

art. 9º da Lei 11.101/05: o termo final para incidência da correção do crédito em favor do recorrido deve ser limitado a 20.6.2016.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 1131/1132, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, dou provimento ao agravo, para que seja reatuado como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator